
	<p align="center"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b>  <b>PÚBLICAS</b>  <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b></p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center"><b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b></p>			
<p align="center"><b>( X )PMTM   ( )SOCIAL   ( )SAÚDE   ( )EDUCAÇÃO</b></p>			

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO** (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1.Descrição do objeto: Aquisição de materiais (artefatos de cimento) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras.

1.2 – O objeto da aquisição é de natureza comum.

1.3 – O regime de execução será por empreitada por preço unitário.



**2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E QUANTITATIVOS:**

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
01	Tubo de concreto FCK. Dimensões: 100 cm × 40 cm × 40 cm  400 mm x 1 m de comprimento	Unidade	2.000
02	Tubo de concreto FCK 600 mm x 1 m de comprimento	Unidade	1.000
03	Tubo de concreto FCK 300 mm x 1 m de comprimento	Unidade	600
04	Bloco de concreto. Dimensões: 14 cm x 19 cm x 39 cm	Unidade	20.000
05	Bloco de concreto. Dimensões: 09 cm x 19 cm x 39 cm	Unidade	15.000
06	Meio fio de concreto 30 cm x 80 cm	Unidade	15.000

**3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE**  
(art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

3.1.Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

3.2.Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

3.3.Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.

#### 4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO



4.1. Interesse público: Justificamos a aquisição dos materiais tendo em vista que os mesmos poderão ser utilizados nas vias públicas e manutenção de estradas vicinais, construção de bueiros, entre outras necessidades que possam surgir na sede e nos distritos. Com esses materiais, as reformas e as construções das obras serão executadas pelo efetivo municipal, proporcionando qualidade nos serviços e segurança a toda população.

Os itens solicitados se fazem necessários para serviços cotidianos realizados pela Secretaria Municipal de Obras, para que possam ser reparados os serviços nas instalações dos equipamentos públicos municipais.

4.2. **Metodologia do quantitativo:** O quantitativo será determinado de acordo com a demanda atual, levando em consideração que a nova gestão está realizando um levantamento completo das localidades do município, que possui uma extensa malha de estradas de chão. O parâmetro utilizado para essa aquisição se baseia em aquisições anteriores, portanto, não reflete com precisão o quantitativo necessário. Dessa forma, a quantidade solicitada para eventuais aquisições não comprometerá o orçamento, garantindo, ao mesmo tempo, a execução dos serviços essenciais da pasta.

Importante ressaltar que as quantidades acima informadas estão sendo calculadas de modo de previsibilidade, da maneira pela qual nos garante que teremos total cobertura das necessidades.

4.3. **Justificativa do Quantitativo solicitado:** A metodologia adotada para a pesquisa quantitativa que visa a análise da aquisição de artefatos de cimento a serem utilizados no município de Trajano de Moraes envolveu uma abordagem de estimativa e projeção, dada a impossibilidade de determinar a quantidade exata desses artefatos. Inicialmente, foi feito um levantamento das demandas e necessidades locais para obras públicas, com base em dados de planejamento e históricos de aquisições anteriores. Contudo, devido à falta de registros precisos e consistentes sobre o número exato de artefatos de cimento adquiridos ou planejados para o futuro, não foi possível estabelecer um número definitivo.

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

Portanto, a pesquisa se baseou em um modelo de estimativa quantitativa que, apesar de não oferecer uma quantidade exata, busca aproximar-se de uma realidade plausível para a demanda de artefatos de cimento no município. O modelo foi ajustado levando em consideração as características locais e os recursos disponíveis, com o objetivo de fornecer uma análise representativa da necessidade dessa aquisição para as obras planejadas.

A limitação quanto à precisão do número exato da aquisição é reconhecida, mas a metodologia adotada busca suprir essa lacuna com a maior proximidade possível da realidade, através de estimativas fundamentadas e dados de apoio.

## 5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Estudo Técnico Preliminar nº 17 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).



A contratação é essencial para garantir a conservação e manutenção da malha viária municipal, com a utilização dos artefatos de cimento em diversos serviços, como reparos de bueiros, manutenção de estradas e outras atividades correlatas. A necessidade desse fornecimento é fundamental para assegurar o bom estado das infraestruturas viárias, pois a conservação das tubulações internas e externas é um requisito indispensável para a operação regular do sistema de esgoto e o eficiente escoamento das águas pluviais. Dessa forma, a contratação visa garantir a durabilidade e segurança das vias públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município e a prevenção de problemas relacionados à infraestrutura urbana.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. Considerando as disposições necessárias para o edital de licitação, a solução adotada para atender à demanda em questão consiste na aquisição parcelada de artefatos de cimento, diretamente com fornecedor especializado. Os itens deverão ser entregues conforme as especificações descritas no item correspondente.

### Da Forma de Fornecimento/Execução:

**Responsabilidade da CONTRATADA:** A CONTRATADA será responsável por fornecer todos os equipamentos, meios e recursos necessários para realizar a entrega dos itens, com todos os custos inclusos no valor acordado, a ser pago pela Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes.

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			



**Sistema de Registro de Preços:** O Sistema de Registro de Preços tem como objetivo registrar propostas vantajosas para a Administração Pública e, conforme conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores no pregão.

**Liberdade de Contratação:** A Administração Municipal não está vinculada à contratação exclusiva dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto. Em tais hipóteses, e em condições equivalentes, o licitante registrado terá preferência.

**Obrigações dos Licitantes Vencedores:** Os proponentes vencedores, quando solicitados pelo requisitante da pasta do município, deverão cumprir as seguintes obrigações:

- a) Os materiais deverão ser fornecidos conforme a solicitação do município, por conta e risco da licitante, dentro das especificações e quantitativos exigidos, sempre por meio de requisições emitidas previamente pela Administração Pública.
- b) O prazo e o local de entrega dos materiais constarão expressamente nas requisições e deverão ser rigorosamente observados, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital de licitação.
- c) A entrega dos materiais deverá ser realizada de forma parcelada, conforme a necessidade do município, com prazo de até 15 (quinze) dias, em local previamente determinado dentro do perímetro urbano do Município. O transporte dos materiais será de responsabilidade da licitante fornecedora, devendo seguir as normas técnicas de transporte e segurança vigentes, conforme estabelecido pela legislação aplicável.
- d) A proponente vencedora deverá realizar a substituição do produto fornecido quando este, no momento do recebimento, apresentar defeito, imperfeições, ou estiver em desacordo com as especificações ou solicitações contidas no edital, sem custos adicionais para o município.

**Inspeção e Aceite dos Produtos:** No momento do recebimento dos produtos, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado pela Secretaria competente, se reserva o direito de realizar inspeção de qualidade dos mesmos. Caso os produtos estejam em desacordo com as especificações do objeto licitado, poderão ser rejeitados, obrigando a proponente vencedora a regularizar a entrega dentro dos prazos contratuais estabelecidos.

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

**Responsabilidade Civil da Licitante:** O aceite dos produtos não exime a licitante vencedora de sua responsabilidade civil por eventuais vícios de quantidade, qualidade ou natureza técnica, ou ainda por qualquer desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, mesmo que tais irregularidades sejam verificadas após o aceite.

**Recusa ou Irregularidade na Entrega:** Caso os itens sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreções, o prazo para o pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, conforme o caso.

**Obrigações da Proponente Vencedora:** A proponente vencedora deverá cumprir integralmente o objeto do presente Edital, conforme as disposições legais contratuais, prestando os bens fornecidos dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade exigidos.

6. 2 Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual. A Administração pretende alcançar com essa contratação os seguintes resultados:



O objetivo administrativo, no que tange às obrigações da pasta solicitante do objeto, é manter a segurança nas vias públicas e estabelecer condições de trafegabilidade nas estradas vicinais do município, pois sabemos que o potencial agrícola desta municipalidade é voltado para a produção agrícola e para os produtores de pequeno porte de gado leiteiro.

Visto isso, é imprescindível o suporte administrativo para o incentivo à população em geral, especialmente aos investidores da zona rural do município. O sucesso do desenvolvimento econômico está diretamente ligado ao suporte nas condições de trafegabilidade da região mais carente do município, que, de modo geral, abrange os municípios, pois o progresso de todos está interligado.

6.3. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): Não serão exigidos;

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

O objetivo administrativo, no que tange às obrigações da pasta solicitante do objeto, é manter a segurança nas vias públicas e estabelecer condições de trafegabilidade nas estradas vicinais do município, pois sabemos que o potencial agrícola desta municipalidade é voltado para a produção agrícola e para os produtores de pequeno porte de gado leiteiro.

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

Visto isso, é imprescindível o suporte administrativo para o incentivo à população em geral, especialmente aos investidores da zona rural do município. O sucesso do desenvolvimento econômico está diretamente ligado ao suporte nas condições de trafegabilidade da região mais carente do município, que, de modo geral, abrange os municípios, pois o progresso de todos está interligado.

### 7.1. Da Habilitação Jurídica

#### 7.1.1. No caso de Empresa Individual:

a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

#### 7.1.2. No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subseqüentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

#### 7.1.3. No caso de sociedade civil.

a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

#### 7.1.4. No caso de empresa estrangeira.

a) Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

#### 7.1.5. No caso de cooperativa:

a) Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;



b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;

#### 7.1.6. No caso de microempreendedor individual:

*Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro – Trajano de Moraes – RJ.*



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

7.2. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021);

**Documentos de qualificação técnica:**

7.2.1 No mínimo 01 (um), atestados de capacidade técnica expedidos por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha prestado fornecimento iguais e/ou semelhantes ao objeto deste edital, e que comprovem o desempenho satisfatório da prestação da entrega dos materiais.

7.2.2 Apresentação de Licença de Operação (LO) específica, em vigor, expedida por órgão ambiental competente, em nome da licitante (própria ou do fornecedor) ou, caso não seja em nome da licitante, deverá comprovar o vínculo entre a licitante e a detentora da licença.

7.2.3 Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Não será exigido;

Apresentação de documentos, conforme solicitado posteriormente pelo Núcleo de Licitações.



– Para fins de **comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

– A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

– Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

– Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

– Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			



- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### 7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1 Para fins de **comprovação da Habilitação Econômica-Financeira**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.
- No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
  - a)** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - b)** O atendimento dos índices econômicos previstos na alínea "a" acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

– Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

– Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

#### **Garantias:**

- Garantias de qualidade dos materiais a serem fornecidos;
- Garantias de cumprimento dos prazos estabelecidos.

7.4. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

7.4.1 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

#### **7.5 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO:**

7.5.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



7.5.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.5.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **7.6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS:**

*Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro – Trajano de Moraes – RJ.*

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

#### 7.6.1 Consórcios:

- a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
- b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Administração por todos os atos praticados pelo consórcio; c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

#### 7.6.2. Cooperativas:

- a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

### **7.7. SUBCONTRATAÇÃO:**

- 7.7.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.



### **8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO** (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

8.1. A entrega dos materiais será realizada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de emissão da solicitação de fornecimento pela Secretaria de Obras. A forma de entrega será parcelada, conforme a ordem de serviço ou planilha que será disponibilizada pela Secretaria Municipal de Obras.

8.2. O local de entrega será diretamente nos locais onde estão sendo realizados os serviços, podendo também ser entregues na estação de armazenamento da Secretaria, localizado na Sede do Município.

8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.

8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

8.5.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

8.6.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

**9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021);



O fornecimento de artefatos de cimento será realizado por meio de contratos com fornecedores específicos, por meio de licitação. Esse processo garante transparência e competitividade. A modalidade de licitação mais utilizada é o pregão eletrônico, que permite que várias empresas apresentem suas propostas para o fornecimento dos materiais. O critério adotado é a Ata de Registro de Preços alternativo, onde o preço dos artefatos de cimento é registrado por um período, permitindo que a administração adquira conforme a necessidade. Além disso, a administração pública promoverá contratos de fornecimento, nos quais a entrega dos artefatos estará atrelada às necessidades do momento, de acordo com a demanda, entre outros. O importante é garantir eficiência, economicidade e o atendimento das demandas do setor público, sempre observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..

9.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

9.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

9.3.Para garantir que as apresentações solicitadas produzem os resultados desejados, é essencial considerar um processo abrangente que cubra todo o ciclo de vida da execução dos serviços.

Ao seguir esse ciclo de vida completo para a aquisição dos materiais, a administração pública pode garantir que a contratação atenda efetivamente às necessidades administrativas e cumpra os planos e metas de governo, garantindo transparência, eficiência e qualidade em todo o processo.

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM   ( )SOCIAL   ( )SAÚDE   ( )EDUCAÇÃO</b>			

**10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. Ficam indicados como futuros responsáveis pela fiscalização (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e pela gestão do contrato os seguintes servidores (se for o caso):

- **Fiscal do futuro contrato:** Luiz Carlos da Silva Caetano matrícula nº 4455.

**11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO** (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021);

11.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.



**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**  
(art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

12.1. A realização dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços?

(X) sim ou ( ) não

**12.2 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do **Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes**

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

da **Lei nº 14.133/2021**, garantindo assim a obtenção de propostas mais vantajosas economicamente. Este critério de julgamento assegura que a contratação será realizada com a proposta de menor valor por unidade, proporcionando uma gestão eficiente dos recursos públicos. Ademais, a metodologia de menor preço unitário fomenta a competitividade entre os licitantes e a transparência no processo de seleção. A escolha desse critério está em conformidade com a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.

## 121.2 ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO:

**12.2.1** A aquisição ocorrerá mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.



**12.2.2** A Secretaria de Obras durante a vigência da ata de registro de preços poderá **conceder adesão a ata de registro de preços**, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

**11.2.2.1** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

**12.2.2.2** A permissão para adesão à Ata originária do Sistema de Registro de Preços justifica-se pelas inúmeras vantagens que esse procedimento oferece em comparação às licitações tradicionais. A presente contratação visa atender às necessidades por estimativa, conforme a demanda dos serviços prestados pela Secretaria de Obras. A opção pela contratação fracionada é justificada pela necessidade de adequar a execução à real demanda dos fornecimentos, evitando desperdícios e garantindo uma gestão orçamentária mais eficiente e precisa.

**a. Economicidade e Eficiência:** A realização fracionada dos materiais permite um controle mais rigoroso dos gastos públicos, uma vez que os pagamentos são realizados conforme a demanda de fornecimento. Essa prática está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, fundamentais na administração pública, pois evita a imobilização de recursos financeiros em serviços desnecessários.

**b. Ajuste à Demanda Variável:** A demanda de entrega pode variar ao longo do período de execução, seja em função de acontecimentos imprevistos ou situações esporádicas fora do previsto, em decorrência a fatos causados por fatores climáticos e naturais. A possibilidade de ajustar a forma de entrega conforme a demanda permite

	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <hr/> <b>FOLHA:</b> <hr/> <b>RÚBRICA:</b> <hr/>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>			

maior flexibilidade e adequação às necessidades reais, garantindo a continuidade e a qualidade dos fornecimentos,

### **12.2.2.3 - Sistema de Registro de Preços (SRP) e a Ata de Registro de Preços: Prazo e Prorrogação conforme a Lei 14.133/2021**

#### **Prazo da Ata de Registro de Preços**

Conforme o artigo 10 da Lei 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços terá o prazo de validade definido de 12 (doze) meses contados a partir da sua formalização. Este período deve ser especificado no edital de licitação e no contrato celebrado com o fornecedor.

#### **Prorrogação da Ata de Registro de Preços**

A prorrogação da Ata de Registro de Preços é permitida e segue as normas estabelecidas pela Lei 14.133/2021. O artigo 108 da Lei prevê que a prorrogação pode ocorrer por mais 12 meses, totalizando até 24 meses de validade. A prorrogação, caso seja de interesse público, será formalizada por meio de um termo aditivo, que deve ser publicado de acordo com as normas de transparência e publicidade.

#### **Legalidade e Conformidade com a Lei 14.133/2021**



O procedimento relacionado ao SRP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a legalidade e a transparência do processo de compras públicas. A legislação estabelece que a prorrogação da Ata atenda às condições de interesse público e às disposições estabelecidas no instrumento original.

### **13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

13.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.177.190,00** (um milhão cento e setenta e sete mil cento e noventa reais).

Esta estimativa é definitiva e vai acompanhada dos preços unitários referenciais e dos documentos que lhe dão suporte.



	<p align="center"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b>  <b>PÚBLICAS</b>  <b>NÚCLEO DE LICITAÇÃO</b></p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center"><b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b></p>			
<p align="center"><b>( X )PMTM   ( )SOCIAL   ( )SAÚDE   ( )EDUCAÇÃO</b></p>			

**14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

14.1. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é (são):

CRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
Secretaria Municipal de Obras	18011030100352051	33903200	16350000	19

**15. DISPOSIÇÕES GERAIS.**

15.1. Conforme explicado constata-se que a solução mais adequada para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Obras é a realização de um certame licitatório, visando o atendimento das demandas dessa Secretaria.

<p>Trajano de Moraes, 28 de fevereiro de 2025.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Mat:4428</p> <p>Renato Martins Bueno Mat: 4412</p>	<p><b>De acordo</b> com Termo de Referência.</p> <p><b>Ronaldo da Silva Lourenço</b> Secretário Municipal de Obras</p>
--	--